

SEBASTIÃO FEYO, PRESIDENTE DA ACEC, PRETENDE MUDANÇA DE TRAJETÓRIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Centralismo é insustentável para o futuro do país

“Nos últimos 27 anos o país tem seguido uma trajetória errada em termos de políticas públicas” – afirma Sebastião Feyo de Azevedo. Em entrevista à “Vida Económica”, o presidente da recém-criada Associação Círculo de Estudos do Centralismo considera que o centralismo é a causa principal dos maus resultados no processo de convergência europeia, na promessa de desenvolvimento do país e na coesão social e territorial.



É incontornável e urgente encontrar um modelo de organização e gestão do território que melhor favoreça o desenvolvimento harmonioso de Portugal – considera Sebastião Feyo de Azevedo.

Vida Económica – Qual é o objetivo do “Círculo”?

Sebastião Feyo – O “Círculo” promoverá estudos sólidos, mas, principalmente, cumprirá a sua missão sempre com toda a abertura, sem trincheiras do pensamento, isto é, não ‘parte de conclusões’, antes, e bem pelo contrário, apelará sempre à reflexão plural na procura de caminhos do futuro para servir Portugal.

VE – O que motivou a sua criação?

SF – É simplesmente a percepção do estado atual do país e a necessidade sentida, premente, de políticas públicas que mudem o rumo para o futuro.

O modelo atual da organização político-administrativa e da correspondente gestão do Território é insustentável para esse futuro.

Aliás, não surpreende o crescente número, em tempos recentes, de importantes estudos, de intervenções públicas nos média, e o também crescente debate político em torno desta questão, hoje bem sentida como incontornável e urgente, do modelo de organização e gestão do território que melhor favoreça o desenvolvimento harmonioso de Portugal.

VE – E o que fundamenta esse

descontentamento?

SF – A constatação de desenvolvimento não alcançado, de um futuro que o 25 de abril de 1974 nos abriu, o 25 de novembro de 1975 nos consolidou e a adesão europeia de 1 de janeiro de 1986 nos prometeu, na projeção de convergência europeia até hoje falhada.

Temos progredido, sim, mas a velocidade inferior àquela que percebíamos nos países da União, incluindo os de adesão mais recente.

Um falhanço de promessa de desenvolvimento, muito visível, com o tempo cada vez mais visível, que emerge em macro indicadores relevantes: empobrecimento relativo crescente no universo da União Europeia – com níveis de pobreza que só nos podem envergonhar, incluindo trabalhadores pobres, fruto de salários baixíssimos; assimetria crescente do território naquilo que é o seu povoamento/desumanização; uma dívida pública preocupantemente elevada (desde essa subida descontrolada de 1996 a 2010), que limita, mais do

que qualquer outra vertente, a nos-

sa capacidade de inversão (positiva) de trajetória de desenvolvimento.

Relativamente ao território, factual e simplesmente, pela falta de coesão social e territorial, o modelo atual deve ser questionado – temos de procurar, de forma sólida e firme, novas políticas públicas.

Se observarmos indicadores básicos de desenvolvimento, como sejam a evolução das populações residentes e as remunerações base,

médias mensais, dos trabalhadores por conta de outrem, percebem-se diferenças lamentáveis para os correspondentes indicadores de Lisboa, Porto, Funchal e Pon-

ta Delgada... curiosamente com a exceção de Campo Maior, por razões que facilmente se entendem.

Promover o empenho e participação da sociedade civil

VE – O que é necessário fazer?

SF – Na minha opinião a sociedade portuguesa está preocupantemente anestesiada e consequentemente resignada – acordar e reagir

é preciso.

É necessário: questionar o modelo atual de gestão do território, distante das populações, e pensar seriamente numa reforma política, aliás prevista constitucionalmente, de reorganização e gestão próximas, que melhor identifique os problemas locais, que seja mais flexível e dinâmica; direcionar (nunca é

tarde para o fazer) os importantes meios materiais disponibilizados pela União Europeia para diminuir a dívida pública (em percentagem do PIB) através do aumento da competitividade e do desenvolvimento harmonioso do território: apostando na criação de polos da Administração no Interior; no desenvolvimento da indústria transformadora, das indústrias criativas e da agricultura, no Mar, em infraestruturas fundamentais, para lá da água e da eletricidade, como é o caso não resolvido da cobertura wifi para acesso à internet, que se revela como uma imensa limitação ao desenvolvimento local em cidades e aldeias do Interior, na criação de “cidades completas”, com infraestruturas de saúde, educação e comunicações, necessárias para a atratividade das populações.

VE – Qual é o papel da sociedade civil?

SF – Não chega o poder político para se identificar e construir os melhores caminhos para expansão e crescimento sustentável para as nossas populações, para o nosso território. A sociedade civil tem um papel determinante no apoio ao desenvolvimento de políticas públicas. E de facto a História da Europa ensina-nos que é nos países mais desenvolvidos que mais se percebe e sente a iniciativa da sociedade civil.

ACEC pretende reduzir o centralismo e favorecer o crescimento

Para mudar o rumo atual de excesso de centralismo e baixo crescimento, um grupo de pessoas e instituições criou este ano a ACEC – Associação Círculo de Estudos do Centralismo, que tem sede em Miranda do Douro. Com a missão de fomentar e divulgar estudos sobre organização político-administrativa, incluindo estudos relativos a fenómenos de centralização e descentralização, esta última tomada como regionalização e municipalização nos seus diferentes graus, o “Círculo” “apelará sempre à reflexão plural na procura de caminhos do futuro para servir Portugal”, afirma Sebastião Feyo de Azevedo.

O presidente da nova instituição foi reitor da Universidade do Porto até 2018 e é o atual presidente da Assembleia Municipal do Porto. Foi também vice-presidente da Ordem dos Engenheiros.

A sua expectativa é de inversão do caminho centralista e reforço da autonomia e capacidade de decisão a nível local. E recorda uma conferência recente organizada pela Vida Económica sobre crescimento sustentável em Miranda do Douro. No quadro dos testemunhos de dificuldades sentidas pelos empreendedores para desenvolverem a Região, de que simbolicamente registou o mau funcionamento (ou inexistência) de rede WIFI, comentou um dos participantes: “Talvez os problemas se resolvessem se fosse constitucionalmente obrigatório que um candidato a Primeiro-Ministro tivesse no seu currículo pelo menos 6 meses de atividade profissional a tempo inteiro numa cidade ou aldeia do Interior”.

“A sociedade civil tem um papel determinante no apoio ao desenvolvimento de políticas públicas”



ID: 101085197

09-09-2022



16 Mercados
Centralismo é
insustentável para o
futuro do país

Processamento salarial com PHC 14 setembro
14h30-17h30

VidaEconómica Business School
Informações: Ana Bessa | Email: anabessa@grupovidaeconomica.pt | © 223 399 427/00 | www.vebs.pt

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVULCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL PODE ABRI-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL
DE213672021GSB2B

TAXA PAGA PORTUGAL
CONTRATO Nº 55465

Nº 1946 / 9 de setembro 2022 / Semanal / Portugal Continental 2,40 €

FUNDADOR: João Peixoto de Sousa DIRETOR: João Luís Peixoto de Sousa

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.vidaeconomica.pt

Sebastião Feyo afirma
Centralismo é insustentável para o futuro do país
Pág. 16

Miguel Anxo Bastos defende
Portugal é prejudicado pelo excesso de centralismo
Pág. 17

Pagamentos inferiores a 10% do calendário previsto

PRR atrasa execução



- Empresas receberam apenas 20 milhões de euros

Págs. 8 e 9

PUB

ERA
IMOBILIÁRIA

SUPLEMENTO IMOBILIÁRIO



Subidas das rendas limitadas a 2% em 2023
Pág. V

ATUALIDADE

Crédito y Caucion prevê
Inflação vai descer no curto prazo
Pág. 3

Professores portugueses recebem mais de nove milhões no Airbnb
Pág. 3

EMPRESAS

João Nuno Ferreira, da onne, considera
Negócios são cada vez mais digitais
Pág. 5

PUB

GEORGE
CAREER CHANGE
WWW.GEORGE.PT



Governo e CONFAGRI preparam fusão de cooperativas

O Governo tem em cima da mesa uma reforma do setor cooperativo que pode levar, "inclusivamente, à fusão de cooperativas para ganharem escala". A revelação foi feita por Maria do Céu Antunes, durante a visita à feira Agro-

mana. A ministra da Agricultura revelou à VE que o comissário europeu da Agricultura virá a Portugal apresentar o PEPAC.

Págs. IV e V, Supl. AgroVida

9 720972 000037 01946

veLIVRARIA

Regresso às aulas

12 a 23
setembro
até **70%**

Campanha válida nos termos do regime jurídico do preço fixo do livro. VISITE A LIVRARIA VIDA ECONOMICA - Rua Gonçalo Cristóvão, 14, R/C/ 4000-263 Porto. Online em livrariavidaeconomica.pt ou por email: encomendas@grupovidaeconomica.pt